

USOS CORPORATIVOS E USOS ALTERNATIVOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Ana Paula Mestre – Fez graduação em Geografia e concluiu seu mestrado em 2009 pela Universidade Estadual de Campinas. Sua dissertação foi intitulada: “Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas”. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição. Orientadores: Prof^a. Dr^a. Adriana Maria Bernardes da Silva (mestrado) e Prof. Dr. Márcio Cataia (doutorado).
E-mail: ana.mestre@ige.unicamp.br

Silvana Cristina da Silva – Fez graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Desenvolveu o mestrado, na mesma Universidade, tendo concluído sua dissertação em 2007 na área de Geografia Humana. Atualmente desenvolve pesquisa de doutoramento, financiada pela Fapesp, sobre o circuito espacial de produção do vestuário analisado a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana no IG/Unicamp. Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia.
E-mail: silvana.silva@ige.unicamp.br

Luis Henrique Leandro Ribeiro – Graduado em bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição desenvolvendo pesquisa intitulada “Uso do território e municipalização da política de assistência farmacêutica do Sistema Único de Saúde (SUS): análise da fitoterapia e plantas medicinais nas regiões brasileiras”, com fomento da Fapesp. Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia.
E-mail: luis.ribeiro@yahoo.com.br

Fabício Gallo – Graduado em bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição desenvolvendo pesquisa intitulada “Uso do território e federalismo como evento: a difusão regional de infraestruturas analisadas a partir das Transferências Intergovernamentais Voluntárias entre União e municípios”, com fomento do

CNPq.Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia.
E-mail: gallo.fabricio@ige.unicamp.br

Todos os palestrantes integram o Geoplan - Laboratório de Investigações Geográficas e Planejamento Territorial, do Instituto de Geociências da Unicamp (<http://www.ige.unicamp.br/geoplan/>).

Pobreza urbana e novos nexos do planejamento em Campinas – SP

Ana Paula Mestre

Resumo

O trabalho apresentado visa discutir as relações entre as políticas urbanas e o processo de periferização da cidade de Campinas - SP. Preocupa-nos extrair os nexos do planejamento após os anos 1990 e investigar os mecanismos de fragmentação urbana, concebida como um traço marcante da urbanização brasileira.

Palavras-chave: Campinas, periferização, políticas urbanas e uso do território.

Os fluxos migratórios regionais na América Latina e os dois circuitos da economia urbana: os bolivianos na metrópole de São Paulo

Silvana Cristina da Silva

Resumo

A crescente imigração de bolivianos para a metrópole de São Paulo mostra como esta cidade vem modificando o seu papel regional em período recente. Neste sentido, nossa ala no mini-curso tem como objetivo expor o funcionamento da cidade de São Paulo a partir dos dois circuitos da economia urbana e como o movimento migratório de população proveniente de países da América Latina relaciona-se com as atividades do circuito inferior. No caso dos bolivianos, eles instalam-se na cidade de São Paulo para trabalhar em oficinas de costura.

Palavras-chave: circuito inferior, circuito superior, São Paulo, Vestuário, imigração.

Sistema Único de Saúde (SUS) e Federação: novos usos do território brasileiro

Luis Ribeiro

Resumo

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma modernização do território brasileiro que enquanto verticalidade expressa a difusão desigual e diferencial do meio técnico-científico-informacional. Contudo, a análise do SUS, arranjo federativo por excelência, a partir das políticas de adoção de plantas medicinais e fitoterápicos pelo sistema tem sugerido: tanto uma pluralização dos agentes estatais e não estatais na organização do sistema a partir de maiores horizontalidades e solidariedades orgânicas; quanto novos usos das variáveis do período (técnica, ciência, informação e norma). Portanto, novas possibilidades e âncora no futuro para o planejamento territorial a partir do SUS.

Palavras-chave: uso do território, federação, fitoterapia, Sistema Único de Saúde.

Uso do território e Estado: a difusão regional de infraestruturas analisadas a partir dos Convênios entre União e municípios

Fabrcício Gallo

Resumo

No Brasil, o uso do território pelo Estado se realiza por meio da imposição de normas que regulam e geram tensões entre os entes, sendo que os mecanismos de distribuição e de redistribuição de recursos tributários adquirem grande importância por permitirem uma maior ou menor autonomia na administração pública. A análise das transferências realizadas aos municípios através de Convênios federais para obras de infraestrutura aponta que parcelas do território recebem mais recursos do que outras proporcionando assim, uma difusão seletiva do meio técnico-científico-informacional no território.

Palavras-chave: uso do território, federação brasileira, difusão de meio técnico-científico-informacional.

Resumo geral do mini-curso

A proposta deste mini-curso é realizar um debate teórico, a partir de pesquisas empíricas, sobre o uso do território brasileiro. Buscar um método para realizar a análise do território brasileiro é tarefa que consiste em levar em conta os mais diversos aspectos da realidade e, para tanto, consideramos em nossa proposta de mini-curso que o território usado é essa ferramenta de apreensão na medida em que incorpora todos os atores, constituindo-se, portanto, numa totalidade cindida em duas matrizes, de um lado as materialidades ou configuração territorial, e por outro lado as imaterialidades, constituídas pelas ações políticas. “O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS *et al.*, 2000, p. 104). Esse território usado pode ser entendido como sinônimo de espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 20), “essa categoria, território usado, aponta para necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território”.

Na busca de elementos que ajudem a compreender as desigualdades sócio-espaciais apresentadas no país, há que se identificar os distintos poderes que têm os agentes em usar o território. Desta forma, identificamos agentes que têm poder de ação sobre o território como um todo (os agentes hegemônicos) e aqueles cujo poder de usar o território é mais limitado espacial e temporalmente, estes são os agentes não-hegemônicos.

Para operacionalizar nosso propósito dividimos este texto em duas seções. Na primeira discutimos a viabilização

dos usos hegemônicos do território a partir do Estado e na segunda refletimos sobre usos alternativos do território, proporcionando a indicação de que nessa disputa – entre usos hegemônicos e alternativos – o território toma lugar central. Conforme os objetivos do mini-curso, cada uma das seções será dividida em duas partes.

Na primeira parte será proposta a discussão: “Território nacional e federação brasileira: um estudo sobre as transferências de recursos entre os entes federados”. Nossa proposta é interpretar o território usado a partir da política e da estrutura federativa do Estado no Brasil. Para tanto, nosso recorte analítico mais amplo é a estrutura federativa do país e a demanda constante por negociações entre os entes. Estas negociações são observadas consoantes às transferências intergovernamentais de recursos que permitem maior ou menor autonomia financeira de cada ente. Uma vez repassados os recursos, parte deles se geografiza nos lugares como materialidades, aumentando a densidade técnica (SANTOS, 2002) de partes do território.

O objetivo desta apresentação é compreender o paradoxo existente no regime federativo brasileiro: os mecanismos de transferências de recursos se apresentam como alguns dos agentes motores de desigualdades político-territoriais entre os entes. É conveniente ressaltarmos que um dos princípios do federalismo é assegurar a todos os entes os mesmos direitos, para que um não tenha posição privilegiada em relação a outro, garantindo assim a isonomia.

A liberação dos recursos de Convênios federais (um tipo de Transferências Voluntárias de Recursos) é dependente, na maioria dos casos, da influência política das municipalidades

junto à União, que lança em seu orçamento anual a previsão de recursos destinados aos Convênios para no ano seguinte promover, nos bastidores dos governos, as negociações políticas. Desta forma, na federação brasileira, há um longo e constante processo de formalização do pacto nacional. A interpretação da liberação dos recursos de Convênios sugere que há uma diferenciação entre os entes de mesmo nível subnacional, ou seja, a isonomia federativa não seria assegurada.

A segunda parte de nosso mini-curso versará sobre a dialética entre o território como norma e o território normado, manifestada na constituição do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto uma modernização do território que reorganiza política e socialmente a nação. O Sistema Único de Saúde foi criado no Brasil com a Constituição de 1988 que definiu a saúde como direito de todos os cidadãos e dever do Estado. Além da universalidade, também são princípios constitutivos do sistema: integralidade e hierarquização dos serviços (atenção básica, média e de alta complexidade); regionalização; e participação e controle sociais. O SUS foi adotado no contexto de redemocratização e descentralização política dos anos 1980, daí o marcante corte municipalista do mesmo. Entretanto, a compreensão da concreção e realização do SUS enquanto verticalidade normativa, ou seja, enquanto sistema formal e abstrato de direito, requer sua geografização. A consideração dos usos efetivos do território que tornam o SUS um direito concreto e praticado, uma cidadania mais ou menos praticada e garantida segundo o conjunto de materialidades desigualmente presentes nos lugares e regiões do país (ALMEIDA, 2005; ALBUQUERQUE, 2006).

Contudo, essas ações dos entes da federação no arranjo e operacionalização do SUS apresentam capacidades e autonomias díspares em virtude de suas dotações desiguais de densidades técnicas e populacionais necessárias tanto à composição dos orçamentos públicos, quanto à organização, informação, regulação e uso dos sistemas técnicos de saúde (formação de profissionais, insumos, equipamentos, medicamentos, infra-estruturas prediais etc.).

O recorte empírico aqui utilizado para discutir as geografizações do SUS é o uso da fitoterapia no sistema público de saúde. A adoção de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos no SUS constitui principalmente uma demanda dos entes municipais. Primeiro, porque a fitoterapia insere-se no rol dos serviços da atenção básica ou primária de cuidados à saúde, responsabilidade do ente municipal no arranjo federativo do SUS. Segundo, pela anterioridade, pois muitos municípios já adotavam a fitoterapia no serviço público de saúde: antes mesmo da constituição do SUS em 1988; e no próprio período do SUS antes da implementação pelo Governo Federal da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em 2006.

No Brasil, embora os entes municipais sejam iguais na forma perante a Constituição, ou seja, sob um ponto de vista formal, por outro lado, no conteúdo, ou seja, quando o território usado se impõe, não o são. Logo, de um ponto de vista territorial os municípios brasileiros são empiricamente diversos e desiguais em função dos conteúdos de um território desigualmente dotado de densidades técnicas. Daí o necessário preenchimento da forma – entes federativos – com o conteúdo do espaço banal (SANTOS, 1999), isto é, do

território usado pelos mais diferentes e desiguais agentes e instituições, considerando tanto os usos estatais quanto não estatais (CATAIA, 2008).

Já entrando na segunda seção do mini-curso, buscamos explicitar o conceito de território usado a partir dos atores não-hegemônicos, nosso intuito é contextualizar as contradições urbanas alimentadas pelo processo de globalização e planejamento territorial no Brasil. Considerando essa perspectiva, analisamos o planejamento em Campinas como elemento estruturador das periferizações da cidade e os novos fluxos migratórios da metrópole de São Paulo.

Perseguimos a compreensão da dinâmica urbana em sua totalidade. Utilizamos como variáveis espaciais a densidade dos objetos técnicos, a velocidade das ordens e dos fluxos e as possibilidades de uso diferenciado segundo as classes de renda.

Examinamos situações de modernização incompleta em São Paulo e Campinas. Essas cidades mais a Baixada Santista e a Região Administrativa de São José dos Campos conformam uma enorme mancha luminosa, tendo como centro a Região Metropolitana de São Paulo. Nesse espaço, nos diz Lencioni (2003, p. 40) “as altas taxas de urbanização, a magnitude dos investimentos de capital, a concentração das condições gerais da produção e atividades de gestão do capital denunciam estar ocorrendo o processo de metropolização do espaço”.

Assim, na terceira parte, “Os fluxos regionais na América Latina e os dois circuitos da economia urbana: os bolivianos em São Paulo”, o debate envolve a importância das atividades do circuito inferior na atração de fluxos imigratórios na metrópole de São Paulo.

Há que se destacar que pensar o território usado implica em considerar todos os elementos que o compõem como o Estado, as grandes empresas, grupos religiosos, as organizações não-governamentais, a sociedade como um todo (compartimentada em vários grupos), partidos políticos e ações que surgem a partir desses atores. Dessa forma, o território usado não é apenas constituído por atores hegemônicos, resistências surgem nesse processo de macro-estruturação do território como as ocupações efetuadas por população de baixa renda nas cidades brasileiras e mesmo os movimentos migratórios expressam a busca de sobrevivência e de melhores condições. Neste sentido, a urbanização dos países periféricos – carregada de contradições –, o planejamento enviesado e a organização intra-urbana das cidades revelam o uso do território como resistência.

Na quarta e última parte, “Pobreza Urbana e novos nexos do planejamento em Campinas – SP”, o enfoque foi o papel das políticas urbanas na cidade de Campinas como geradoras da periferização e pobreza. Nesta seção, buscar-se-á promover o debate sobre a segregação sócio espacial e o papel do Estado no processo de urbanização.

Nosso intuito é compreender as feições da pobreza no período atual, e, por sua vez, pontuar as relações de continuidades–descontinuidades que redefiniram os usos da região do Campo Belo, forma-conteúdo recente do processo de fragmentação territorial de Campinas.

Com relação à metrópole de São Paulo, pretendemos expor como vem se dando o novo papel desta cidade no contexto regional a partir da análise dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 2004). A atração de fluxos

migratórios regionais relaciona-se com as assimetrias territoriais dos países da América Latina, ao momento político, econômico do Brasil e a reorganização das atividades produtivas no âmbito mundial. A imigração Boliviana conecta-se, principalmente, com a dinâmica do circuito espacial de produção de vestuário.

Os constantes “ajustes” às novas imposições mercadológicas podem ser observados nas cidades de São Paulo e Campinas, na medida em que se tornaram expressões materiais de uma opulência ligada a um aumento do fluxo de ordens, pessoas, mercadorias e informação.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de. **Território Usado e Saúde: respostas do Sistema Único de Saúde à situação de metropolização em Campinas – SP.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALMEIDA, Elisa Pinto de. **A metropolização-periferização brasileira no período técnico científico-informacional.** 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CATAIA, Márcio Antonio. Territorialidade estatal e outras territorialidades: novas formas de uso dos territórios na América Latina. Conflitos, desafios e alternativas. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XII, p. 270-99, 2008.

LENCIONI, Sandra. Uma determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Ines Geraiges (orgs.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Ano XII, n.2, p. 15-25. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton *et alii*. O papel ativo do território. Um manifesto. Laboplan, Dep. De Geografia, FFLCH, USP. Apresentado no **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, 2000.

PLANO DIRETOR: UMA EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

Rinaldo Gomes Pinho

Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP e Prestador de Serviços na Secretaria de Habitação do Município de São Paulo
E-mail: rinaldopinho@usp.br

Vicente Eudes Lemos Alves

Professor Doutor do Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
E-mail: veudes@terra.com.br

A oficina realizada para um grupo de aproximadamente trinta alunos do curso de graduação em geografia do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp teve como objetivo discutir com os participantes a experiência de construção do plano Diretor Participativo (PDP) de Carapicuíba, município da região metropolitana de São Paulo. Propomos como eixo condutor de discussão o relevante papel adquirido pelo Plano Diretor no planejamento das cidades brasileiras, por se tratar de um importante instrumento de política urbana que visa garantir ao município o direito de conduzir o seu futuro, na medida em que estabelece diretrizes para orientar e planejar o desenvolvimento urbano da cidade visando melhorar a vida de seus moradores.

Durante o evento procurou-se relatar como foi à experiência desenvolvida entre os anos de 2009 e de 2010 e conduzida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH) daquele município. Para tanto, foram apresentadas as etapas percorridas pela equipe responsável na construção do Plano Diretor, as dificuldades enfrentadas e o